

Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROC Nº	39/23
FLS:	21
ASS:	φ

PROCESSO: 000039/2023

INTERESSADO: Diretoria Administrativa

ASSUNTO: EMPENHO POR ESTIMATIVA – DISPENSA DE LICITAÇÃO – ESCELSA - POSSIBILIDADE.

AO EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE,

Preliminarmente, temos a dizer que o Termo de Referência - TR é um documento obrigatório e prévio ao procedimento licitatório, que serve de base à elaboração do edital.

Trata-se de um documento de cunho técnico, que define o objeto/serviço de forma precisa, suficiente e clara, é ele que vai nortear todo procedimento licitatório.

Desta forma, ele deve acompanhar o pedido inicial, norteadando as fases subsequentes.

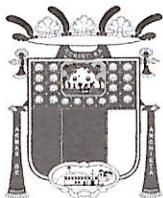
Assim, antes de Adentrar ao mérito do presente ato, urge registrar que esta Procuradoria se atém, tão somente a questões relativas à legalidade do referido TR, ressaltando, portanto, a análise exclusiva dos aspectos jurídicos

Em suma, extrai do TR que por ser documento de cunho técnico, é de responsabilidade da equipe técnica da administração que solicitou a aquisição do bem ou do serviço e por isso a apreciação jurídica de tal documento fica quase que restrita a aferição dos requisitos legais que devem estar dentro do TR.

Dito isto, observamos que ~~que~~ o obedece aos padrões comuns, tendo sua necessidade fundamentada e justificada, e ainda, apontando, os itens, suas descrições e quantitativos necessários para atender a demanda do órgão solicitante.

A justificativa da necessidade da contratação revela-se como requisito essencial em qualquer procedimento licitatório, se fosse o caso. A descrição do objeto foi realizada com precaução, de maneira precisa, o que realmente contempla o interesse público.

Observamos a necessidade de paginar as folhas, após as fls. 10. φ



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROC Nº	39/23
FLS:	22
ASS:	JP

Ressalvamos apenas que por se tratar de fornecimento de energia elétrica, a própria Lei nº 8.333/1996 já traz regramento específico para atender a excepcionalidade, assim o procedimento se dá por meio de dispensa de licitação, autorizada através do inciso XXII, artigo 24 da Lei de Licitações.

Por todo o exposto, decidimos FAVORAVELMENTE pela possibilidade de prosseguimento em epígrafe, tendo em vista a fundamentação fática e legal disposta.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Anchieta, 26 de janeiro de 2023.

JAKELINE PETRI SALARINI
Procuradora Geral